

Quando a injustiça social é percebida como um problema individual: uma leitura de François Dubet

Roberto Rafael Dias da Silva  

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS – Brasil

A leitura de François Dubet, na teoria social contemporânea, tem contribuído significativamente para os estudos sobre a justiça e a desigualdade social. O professor da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, de Paris, ao longo das últimas décadas nas suas diferentes obras, tem apresentado um repertório atualizado e pertinente para examinar a experiência individual das desigualdades sociais. Especialmente a sua última obra, a qual resenharemos neste breve texto, coloca sob reflexão a transformação do regime das desigualdades sociais, a experiência subjetiva deste sofrimento individual e a interrogação sobre a possibilidade de construção de novos mecanismos de solidariedade. Publicado originalmente na França em 2022, e ainda sem tradução no Brasil, o livro “*Tous inégaux, tous singuliers: repenser la solidarité*” está organizado em oito capítulos, que serão revisitados nos seus principais conceitos neste comentário crítico.

Inicialmente, antes de percorrermos cada um dos seus capítulos, valeria a pena pensar a respeito de alguns caminhos teóricos e metodológicos, que servem de ponto de partida para o exercício sociológico de Dubet. Nas últimas décadas, costumamos pensar as desigualdades em torno de um grupo de pessoas muito ricas (que corresponderiam a 1% da população) e os demais estratos da população (os 99%). De forma provocativa, o autor manifesta interesse por estudar as pequenas desigualdades que tendem a fragmentar o mundo dos 99%. A hipótese proposta é que está em curso uma transformação do regime das desigualdades sociais, merecendo destaque a experiência subjetiva que lhe corresponde e os modos como emergem processos de singularização das desigualdades. Tal como aponta o título da obra, no seu idioma original, o momento sugere que – ao mesmo tempo – sejamos todos desiguais e todos singulares.

Para Dubet, este regime das desigualdades não poderia ser explicado somente no âmbito da sua amplitude. Diferentemente dos períodos em que explicamos as desigualdades pelas noções de “casta” ou de “classe social” – formas canônicas nas ciências sociais – a experiência das desigualdades é descrita nos termos de provações individuais (“sofrer na condição de”), requerendo outros sistemas explicativos. Nas palavras do sociólogo francês, “com a individualização das desigualdades, cada indivíduo reclama um direito a uma autenticidade singular e o mundo social não é somente injusto: também é ameaçador” (Dubet, 2022, p. 17). Com as desigualdades sendo singularizadas, o autor descreve uma consequência ética e política característica de nossa época: a desintegração da representação política.

Nesse ponto, precisamos destacar um terceiro fio argumentativo que vai sendo tecido no decorrer do livro: diferentemente do capitalismo industrial que ainda supunha uma

solidariedade ou uma interdependência entre os trabalhadores; atualmente, ao contrário, vislumbramos uma era ou um regime das desigualdades solitárias. A igualdade meritocrática de oportunidades favoreceu com que nos tornássemos competidores permanentes. Dessa forma, as questões que nos acompanharão em cada um dos capítulos do livro – que serão apresentados a partir deste momento – são as seguintes: “como formar sociedade? Como estabelecer uma coesão social quando a conexão entre economias nacionais, Estados soberanos e instituições já não é mais que a nostalgia da integração dos mundos perdidos?” (Dubet, 2022, p. 19).

O primeiro capítulo, intitulado “Desigualdades medidas, percebidas e julgadas”, versa sobre uma questão fundamental na interpretação de Dubet: as desigualdades medidas objetivamente não correspondem aos modos pelos quais são experienciadas. Como argumenta na parte inicial deste capítulo, “visto de cima, o movimento das desigualdades faz-se bastante simples de caracterizar” (Dubet, 2022, p. 22). Todavia, recuperando os modelos clássicos de medir e julgar as desigualdades, em perspectiva global, Dubet sugere como limites a questão da experiência da pobreza em diferentes regiões do mundo ou mesmo a diferença de percepção entre os indivíduos. Nesse ponto, podemos sinalizar uma primeira definição no âmbito dos argumentos desenvolvidos no livro, qual seja: a noção de regimes de desigualdades. O regime seria constituído pelas articulações entre as desigualdades, mas também pela forma como são percebidas e as suas críticas produzidas em determinada sociedade.

A seguir, no próximo capítulo, o sociólogo francês descreverá os deslocamentos explicativos das castas para as classes sociais. Nos sistemas de castas, como é do nosso conhecimento, deparamo-nos com uma hierarquia com grupos fechados, em que as desigualdades são imutáveis (e, às vezes, até sagradas). Em um regime de desigualdades de classe, por outro lado, promove-se a figura de um sujeito autônomo. Tal sujeito participa com igualdade de uma comunidade política e, pelo seu trabalho (especialmente a partir da revolução industrial), constitui uma identidade e uma capacidade de ação coletiva. Relendo os clássicos do século XX, na teoria social, Dubet descreve a predominância da classe social como categoria explicativa e os seus limites no contexto de sociedades salariais.

Esta análise é levada adiante para o Capítulo 3, intitulado “Ocaso do regime de classes sociais”, quando o sociólogo francês demarcará os modos pelos quais o conceito foi perdendo “predominância e consistência” (Dubet, 2022, p. 69). Em uma perspectiva temporal, a partir da década de 1970, podemos caracterizar como as próprias mudanças no capitalismo ocasionaram mudanças profundas nas estruturas sociais. O capitalismo financeiro, ao desindustrializar-se, provoca um reposicionamento nas classes operárias, fracionando os seus vínculos e intensificando as desigualdades. As classes médias – no plural – estão sendo fraturadas e tendem a elaborar outros caminhos para a distinção e a singularidade. A igualdade de posições que a proteção social disponibilizava é colocada em evidência, fazendo emergir um novo regime de desigualdades.

Esta mudança é tão brutal que, sem ser adepto do ‘antes era melhor’, um baby-boomer pode ter a sensação de ter vivido em vários tipos de sociedades. Mesmo que as desigualdades não sejam uma novidade, as experiências que tivemos mudaram por completo em meio século. A reprodução das desigualdades segue tendo grande incidência; mas, as desigualdades já não se identificam com destinos programados desde

o início, o que acentua os sentimentos de fragilidade e de injustiça (Dubet, 2023, p. 85-86).

O capítulo quatro, nomeado como “O regime de desigualdades múltiplas”, trata de descrever e analisar os contornos do regime de desigualdades que está se instalando no nosso tempo. A perspectiva de que as desigualdades estão sendo fracionadas permite constatar que, diferentemente do regime de castas ou de classes, os registros da desigualdade se tornam bastante heterogêneos. Nas palavras de Dubet (2023, p. 87), “os destinos dominavam os antigos regimes de desigualdades, por outro lado, atualmente, os indivíduos estão submetidos a uma contínua incerteza que exacerba o papel das trajetórias individuais”. Em outras palavras, nesse regime, a produção das desigualdades é transferida para o nível individual, o que está vinculado a uma transformação das concepções de justiça social.

Ainda neste capítulo, o sociólogo explica os modos pelos quais os diversos registros da desigualdade não se encaixam perfeitamente. Nos territórios desiguais, as questões “macro e micro não se encaixam como bonecas russas” (Dubet, 2022, p. 98). Dois exemplos são apresentados pelo autor para pensar esta questão: a ascensão social (bastante associada a micromobilidades) e a experiência da escola democrática (orientada a igualdade de oportunidades). Em ambos os exemplos, torna-se possível perceber a especificidade das “desigualdades pequenas”, capazes de mobilizar grandes consequências, notadamente sob a égide da meritocracia.

A seguir, no capítulo intitulado “A prova das desigualdades”, Dubet dirige seu pensamento para a experiência da desigualdade. Tal experiência é vivida como uma prova pelos indivíduos, uma vez que esses “se medem com os demais, devem afrontar suas perspectivas, resistir às humilhações, definir-se, explicar-se sobre o que acontece e transformar suas trajetórias em relatos pessoais” (Dubet, 2022, p. 115). Sentir-se vítima ou culpada se torna cada vez mais recorrente; porém, de acordo com o sociólogo, “a vivência íntima mais elementar das desigualdades, sem dúvida, é a vergonha” (Dubet, 2022, p. 116). Esse cenário adquire complexidade em um espaço em que os indivíduos estão desprotegidos socialmente.

Sem armadura coletiva, as desigualdades sociais nos ferem profundamente. As patologias sociais resultam da separação do indivíduo e da sociedade e pouco importa que se descreva como anomia ou como alienação. Em ambos os casos, o indivíduo está como separado da sociedade e depende de si mesmo. Denuncia-se, então, o sofrimento, a solidão, a vulnerabilidade [...] Paralelamente, o cuidado e a preocupação pelos outros e por si mesmo passam a ser exigências de justiça e de solidariedade (Dubet, 2022, p. 121).

O capítulo seis, nomeado como “Discriminações, igualdade e reconhecimento”, atribui atenção para o breve percurso histórico em que a desigualdade e a diversidade se colocaram como centrais na agenda política contemporânea: seja nas mobilizações sociais, seja na vida intelectual. Na perspectiva de Dubet, o ingresso da perspectiva da discriminação, nas últimas duas décadas, conduziu a mudança substantiva no enfoque das desigualdades: uma “mutação profunda” que redimensiona a própria questão da justiça. Em uma retomada da obra de Alain Touraine, o nosso autor alerta para um risco possível: “reforçar estereótipos e ignorar a diversidade das trajetórias individuais e ainda ignorar a multiplicidade das dimensões da integração e da assimilação” (Dubet, 2022, p. 146).

Ademais, as populações discriminadas também experimentam individualmente a questão das desigualdades.

A seguir, no sétimo capítulo, o pensamento do sociólogo francês nos leva a refletir a respeito dos modos pelos quais a representação política é desestabilizada na nossa época. “Desconfianças, indignações e populismos” – título do capítulo – emergem em um cenário em que “a desorientação é tanta que os eleitores oscilam e se dividem acerca de uma multidão de temas e de problemas, enquanto que a cena das mobilizações e dos protestos está a estalar” (Dubet, 2022, p. 108). Neste capítulo, então, conseguimos considerar que cada desigualdade gera as suas próprias lutas, redefinindo-se aos repertórios da ação coletiva. Considerando as demandas advindas do mundo digital, o risco para estas novas formas de representação política é que o nosso repertório esteja restrito à bolha que conseguimos nos comunicar.

Por fim, o último capítulo versa sobre os limites da igualdade de oportunidades e se intitula “Fraternidade e coesão social: da ausência da fraternidade enquanto fator de coesão”. À medida em que predomina uma concepção de justiça assentada na igualdade de oportunidades (e que a meritocracia seja um conceito político central), as desigualdades são experimentadas em uma matriz individualizante, sobrando pouco espaço para pensar sobre a vida compartilhada. Em tais condições, afirma Dubet que a fraternidade é um propósito ausente nas políticas liberais hoje predominantes. “A igualdade de oportunidades meritocrática debilita a solidariedade, ao abrir uma competição entre as discriminações” (Dubet, 2022, p. 196). A ausência de um laço de solidariedade entre os dominados traz implicações políticas importantes para o próprio campo progressista, como podemos ler no excerto a seguir:

A priori, nenhum laço ‘orgânico’ vincula os discriminados entre si, os partidos de esquerda se dirigem a grupos de discriminados que competem mais ou menos entre si, enquanto que os pobres que não podem fazer valer nenhuma discriminação se sentem abandonados, invisíveis e se voltam para os partidos populistas para defender o último privilégio que lhes resta: o de ser homens brancos da nação. A solidariedade dos dominados e dos explorados explode (Dubet, 2022, p. 196).

Finalmente, a obra de Dubet favorece com que possamos realizar novas indagações a respeito dos regimes de desigualdade que vão se instalando na nossa época. Alguns pontos centrais merecem destaque na finalização desta resenha: a) a experiência das desigualdades é sempre ambivalente; b) quando as desigualdades se cristalizam em trajetórias individuais, os sujeitos se sentem responsáveis pelos seus destinos e c) a igualdade de oportunidades é incapaz de construir laços sociais e vínculos comunitários. A obra é fundamental para compreender a nossa época, de modo geral, e oferece ferramentas analíticas muito importantes para a sociologia da escola, em particular. Recomendo esta obra para pesquisadores e pesquisadoras interessadas em estudar as complexas relações entre educação e desigualdade neste início de século.

Referências

DUBET, François. **Tous inégaux, tous singuliers**: Repenser la solidarité. Paris: Le Seuil, 2022.

DUBET, François. **El nuevo régimen de las desigualdades solitarias**: Qué hacer cuando la injusticia social se sufre como un problema individual. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2023.

Recebido em: 22 ago. 2025

Aceito em: 26 mar. 2026